

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

ESTRUTURA ACCIONISTA E JURÍDICA

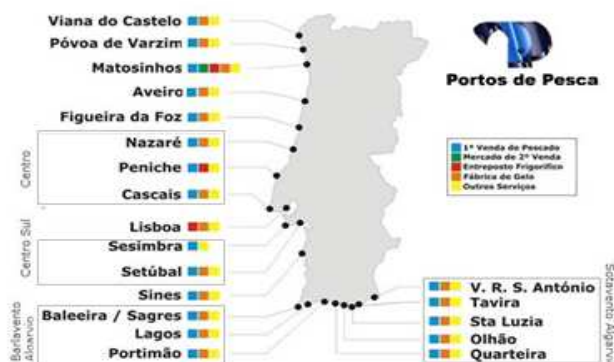
A Docapesca é uma Sociedade Anónima de capitais integralmente públicos.

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

MISSÃO

ENQUADRAMENTO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é a entidade que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Sector da Pesca e respectivos portos. A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



A actividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas actividades de negócio:

| | 1.ª VENDA DE PESCADO SERVIÇO PÚBLICO | ACTIVIDADES CONEXAS |
|---------------------------|---|---|
| Actividade | Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higio-sanitário de todo o pescado. | Serviços de apoio ao Sector, através do aluguer de armazéns, entrepostos frigoríficos, mercado de segunda venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos. |
| Principais Activos | <ul style="list-style-type: none">• 10 Delegações• 15 Lotas principais• 48 Postos de Vendagem | <ul style="list-style-type: none">• 1 Mercado de Segunda Venda• 3 Entrepostos Frigoríficos• 15 Lojas de Aprestos• 555 Armazéns• 24 Fábricas de Gelo• 6 Postos de Combustível |

MISSÃO

A Docapesca tem por objecto social actuar nos negócios do Sector da Pesca a saber, a Primeira Venda do Pescado e actividades conexas, criando as condições adequadas para a produção e para a comercialização, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Âncora no Sector da Pesca, contribuindo de forma determinante para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão, a Docapesca ambiciona realizar e sustentar um conjunto de iniciativas, através de:

- ➔ **Inovação** – Implementação de novos métodos e processos, novos negócios e competências;
- ➔ Investimento em **responsabilidade social**, dedicando uma activa atenção aos problemas das comunidades de Armadores/Pescadores, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extractiva, em articulação estreita com as Autarquias locais; em **responsabilidade ambiental** e **cívica** e em **qualidade e segurança alimentar** (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higio-sanitárias);
- ➔ **Cooperação**, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS QUE SUPORTAM A ESTRATÉGIA DA DOCAPESCA

Considerando a missão, o objecto social e as directrizes do Accionista com vista a uma reestruturação, cujo ponto essencial é a valorização do pescado, os grandes objectivos para 2010 são:

I – Segurança e Qualidade Alimentar

Introdução e reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, em todos os edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.

II – Economia

Readaptação da rede de lotas e postos de vendagem à oferta e à procura actual e expectável.

III – Nominalização do pescado/ Marca

Desenvolvimento de uma marca vai diferenciar o pescado junto do Retalho e do consumidor final, valorizando o pescado português, capturado em águas portuguesas por embarcações portuguesas.

IV – Modernização

Reconversão dos Recursos Humanos, novo sistema de gestão, sistema de venda de pescado online e página de Internet, eficiência ambiental, informatização, reestruturação comercial, comunicação, medição da satisfação dos clientes.

V – Abertura ao Sector

Optimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento com o Sector.

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA 2009

Em 29 de Abril de 2008, a Assembleia Geral elegeu os novos Órgãos Sociais para o triénio 2008/2010, com orientação para iniciar uma profunda reestruturação, resultante dos estudos encomendados pela Tutela. Na Assembleia Geral de 15 de Maio de 2009, face à apresentação desses mesmos objectivos e para que se iniciasse a concretização de uma nova política para a empresa, baseada na análise dos principais vectores de incidência da reestruturação da Docapesca, a Tutela aprovou objectivos de gestão para o ano de 2009.

| Objectivos Quantitativos | Objectivo 2009 | Execução |
|---|----------------|----------|
| Custos Operacionais / EBIDTA | 8,54 | 7,56 |
| Custos com o Pessoal / EBIDTA | 3,75 | 3,18 |
| Taxa de Variação dos Custos com o Pessoal | -6,49% | -16,94% |
| EBIDTA / Juros Líquidos | 10,27 | 68,03 |
| Volume de Negócios (mil €) | 29.890 | 26.962 |
| Margem EBIDTA (%) | 12,21% | 14,19% |
| Resultados Líquidos (mil. €) | 100 | 116 |
| PMP (dias) | 58 | 68 |
| Objectivos Qualitativos | Objectivo 2009 | Execução |
| Segurança e Qualidade Alimentar | 4,25 | 3,00 |
| Economia | 3,00 | 3,80 |
| Nominalização do Pescado / Marca | 5,00 | 3,60 |
| Modernização | 4,00 | 4,02 |
| Abertura ao Sector | 4,00 | 4,20 |

Nos objectivos quantitativos, a Docapesca não conseguiu atingir dois dos oito propostos. O volume de negócios ficou cerca de 2 M€ abaixo do objectivo. Salientamos que este objectivo está relacionado com o montante de capturas de pescado ao nível nacional pelos Armadores, do qual obviamente a Docapesca não tem qualquer controlo ou influência. Quanto ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP), a Empresa apesar de ter diminuído relativamente ao ano de 2008, não conseguiu atingir o objectivo

de cinquenta e oito dias. Este PMP resulta como consequência do investimento efectuado na parte final do ano e ainda pelo facto de que a maioria dos fornecedores de aprestos tem um prazo médio de recebimentos de noventa dias.

Quanto aos objectivos qualitativos, associados ao Plano de Actividades Estratégicas da Empresa para os anos de 2009 e 2010, as áreas da Segurança e Qualidade Alimentar e Nominalização do Pescado/ Marca não atingiram os objectivos propostos. O incumprimento destes objectivos, em parte, é explicado pela não execução de vários projectos candidatados pelo QCA IV que, entretanto, aguardam aprovação de financiamento.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março).
- Regime Legal da Primeira Venda de Pescado fresco e refrigerado (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos Internos de Funcionamento das Lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das Lotas (Portaria n.º 506/89, de 5 de Julho).
- Legislação sobre o Domínio Público Hídrico (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro).
- Legislação sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 236/1998, de 01 de Agosto).
- Taxas de Primeira Venda (Decreto-Lei n.º 255/77, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 339/77, de 18 de Agosto, n.º 174/79, de 7 de Junho e n.º 307/79, de 20 de Agosto, Portaria n.º 541/82, de 29 de Maio e n.º 251/2008, de 4 de Abril e Portaria n.º 495/2008, de 23 de Junho).
- Contratos de Concessão dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de Exploração das Fábricas de Gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de Empresa (BTE I Série n.º 24, de 29 de Junho de 2006).
- Regulamento (CE) n.º 582/2004, de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de Exploração dos Entrepósitos Frigoríficos.
- Contratos de Subconcessão da Primeira Venda de Pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.
- Regulamentos internos de deslocações em serviço, utilização de viaturas e comunicações.
- Regulamento interno dos procedimentos para a realização de despesas de funcionamento e de investimentos.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas.

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Na realização de empreitadas, aquisição de bens e/ou serviços, a Docapesca cumpre, conforme determinado por Lei, o Código dos Contratos Públicos, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

Em 2009 não ocorreram transacções efectuadas fora das condições de mercado.

É nula a lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, dado que esta percentagem representa um valor inferior a um milhão de euros.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

| CARGO | ÓRGÃO SOCIAL | DATA DA ELEIÇÃO | MANDATO |
|------------------------|--|-----------------|-----------|
| | Mesa da Assembleia Geral | | |
| Presidente | Maria Fernanda Joanaz Silva Martins | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Vice-Presidente | Maria Cristina Marques Rosa Magina | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Secretária | Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| | Conselho de Administração | | |
| Presidente | Maria Adelaide Torradinhas Rocha | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Vogal | João Manuel de Sousa Santos Reis | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Vogal | João Francisco Ferreira da Fonseca | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| | Fiscal Unico | | |
| Efectivo | Abreu & Cipriano, Auditores, SROC | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Suplente | João Amaro Santos Cipriano Carlos Alberto Antunes Abreu | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| | Comissão de Fixação de Remunerações | | |
| Presidente | Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Vogal | Sara Alexandre Duarte Ambrósio | 29/04/2008 | 2008/2010 |
| Vogal | Cristina Maria Pereira Freire | 29/04/2008 | 2008/2010 |

A Docapesca contratou os serviços da Deloitte & Associados, SROC, para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2009.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são executivos e responsáveis pelos seguintes pelouros:

Presidente – Maria Adelaide Torradinhas Rocha

- ⇒ Departamento de Estatística
- ⇒ Direcção de Infra-estruturas e Manutenção
- ⇒ Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

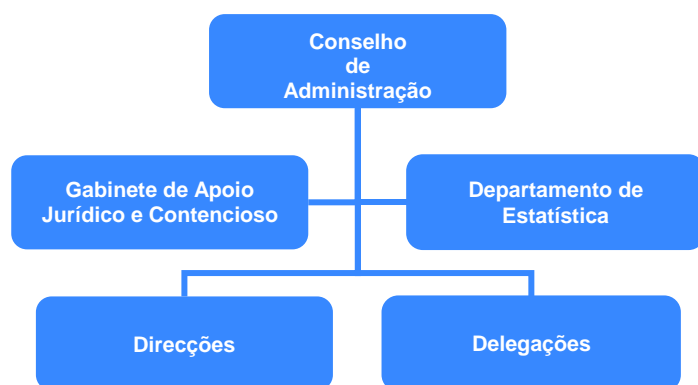
- ⇒ Direcção Comercial e Marketing
- ⇒ Direcção de Exploração
- ⇒ Direcção de Informática

Vogal – João Francisco Ferreira da Fonseca

- ⇒ Direcção Financeira
- ⇒ Direcção de Recursos Humanos
- ⇒ Delegações

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês. No ano de 2009, o Conselho de Administração reuniu trinta e uma vezes.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



- | | |
|---------------------------------|-----------------------|
| ⇒ Comercial e Marketing | ⇒ Viana do Castelo |
| ⇒ Exploração | ⇒ Póvoa de Varzim |
| ⇒ Financeira | ⇒ Matosinhos |
| ⇒ Informática | ⇒ Centro Norte |
| ⇒ Infra-estruturas e Manutenção | ⇒ Centro |
| ⇒ Recursos Humanos | ⇒ Centro Sul |
| | ⇒ Sines |
| | ⇒ Barlavento Algarvio |
| | ⇒ Sotavento Algarvio |

* Na sequência da reestruturação em curso na Docapesca, em Setembro de 2009, as Delegações da Figueira da Foz e de Aveiro foram extintas, tendo sido criada uma só que se passou a designar Delegação Centro Norte.

6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- **Presidente** Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- **Vice-Presidente** Senha de presença no valor de 304,43 Euros
- **Secretário** Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

- **Presidente** Remuneração de 3.719,08 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 1.301,68 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações
- **Vogais** Remuneração de 3.233,98 Euros, 14 vezes por ano;
Despesas de Representação 970,19 Euros, 12 vezes por ano;
Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de Revisão Legal de Contas – 1.135,00 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

| | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
|-------------------|------------|-----------------|------------|
| Remunerações 2008 | 505,85 | 304,43 | 259,33 |
| Remunerações 2009 | 505,85 | 304,43 | 259,33 |

6.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remunerações em 2009

| | Presidente | Vogal (1) | Vogal (2) |
|--|------------------|------------------|------------------|
| 1. Remuneração | 67.687,30 | 56.918,02 | 56.918,02 |
| 1.1. Remuneração Base | 40.909,88 | 35.573,78 | 35.573,78 |
| 1.2. Acumulação de Funções de Gestão | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3. Prémios de Gestão | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4. Pagamento de Férias não gozadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5. Despesas de Representação | 15.620,16 | 11.642,28 | 11.642,28 |
| 1.6. Subsídio de Férias | 3.719,08 | 3.233,98 | 3.233,98 |
| 1.7. Pagamento de Férias | 3.719,08 | 3.233,98 | 3.233,98 |
| 1.8. Subsídio de Natal | 3.719,10 | 3.234,00 | 3.234,00 |
| 2. Outras Regalias e Compensações | 9.700,46 | 25.690,01 | 19.300,90 |
| 2.1. Gastos de utilização de Telefones e outras Comunicações | 1.421,46 | 6.001,07 | 1.270,15 |
| 2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.3. Valor do Combustível gasto com a Viatura de Serviço | 1.143,35 | 4.661,05 | 2.597,51 |
| 2.4. Deslocações e Estadas | 1.510,59 | 3.729,86 | 4.513,39 |
| 2.5. Portagens e Estacionamento | 494,60 | 2.974,05 | 1.639,46 |
| 2.6. Conservação da Viatura | 2.057,63 | 3.069,66 | 5.956,89 |
| 2.7. Despesas de Representação | 3.072,83 | 5.254,32 | 3.323,50 |
| 3. Encargos com Benefícios Sociais | 7.346,69 | 12.136,89 | 11.249,39 |
| 3.1. Segurança Social | 0,00 | 8.246,65 | 8.246,65 |
| 3.2. Segurança Social – Férias | 0,00 | 687,22 | 687,22 |
| 3.3. Segurança Social – Natal | 0,00 | 687,22 | 687,22 |
| 3.4. Caixa Geral de Aposentações | 4.387,74 | 0,00 | 0,00 |
| 3.5. Seguro de Saúde | 189,20 | 189,20 | 189,20 |
| 3.6. Seguro de Acidentes de Trabalho | 557,81 | 469,06 | 469,06 |
| 3.7. Seguro de Acidentes Pessoais | 322,07 | 322,07 | 322,07 |
| 3.8. Seguro Automóvel | 1.889,97 | 1.535,47 | 647,97 |
| 4. Informações Adicionais | | | |
| 4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n) | Não | Não | Não |
| 4.2. Regime de Segurança Social | CGA | Normal | Normal |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005 | Sim | Sim | Sim |
| 4.4. Ano de aquisição de Viatura pela Empresa | 2005 | 2006 | 2000 |
| 4.5. Exercício de opção de aquisição de Viatura de Serviço | Não | Não | Não |
| 4.6. Usufruto de Casa de Função | Não | Não | Não |
| 4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo | Não | Não | Não |

6.3. FISCAL ÚNICO

| | 2008 | 2009 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Abreu e Cipriano, Auditores, SROC | 13.620 | 13.620 |

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho de Administração da Docapesca definiu no início do seu mandato, em Abril de 2008, um conjunto de orientações para o triénio 2008/2010 nos domínios económico, social e ambiental: uma estratégia económica alicerçada no reforço do valor do pescado vendido em lota.

Dois elementos contribuíram para a definição desta linha de política económica. Por um lado, o valor médio do pescado transaccionado em lota, que se situa num nível muito baixo e que é influenciado por diversos factores, a saber: as condições infra-estruturais e de acesso à compra em lota; a actual organização da Rede de Lotas; e a ausência de nominalização do pescado transaccionado em lota. Por outro, a percentagem da taxa cobrada na Primeira Venda, que ultrapassa metade da receita, sendo por esse efeito o factor determinante para o equilíbrio económico e financeiro da Empresa.

Neste contexto, foi decidido actuar em todos os factores que podem influenciar a formação do preço da seguinte forma: iniciando a reforma das condições das infra-estruturas (evoluindo-as para equipamentos climatizados e certificados – Número de Controlo Veterinário, HACCP, ISO 9001); promovendo a alteração da Rede de Lotas, com o objectivo de concentrar oferta e procura; incentivando, quer a abertura de novos canais de comercialização, em especial a venda online, quer a abertura organizada à restauração e hotelaria, com o início de um projecto de nominalização do pescado comercializado em lota.

No domínio social, a política prosseguida pela Docapesca divide-se em dois planos. Num plano interno a promoção da melhoria das condições laborais para os seus Trabalhadores e, num plano externo, o apoio ao Sector, em diálogo permanente e parceria, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos.

Esta política é concretizável, no plano interno, com a promoção da igualdade de oportunidades entre Trabalhadores, através de: sistemas de avaliação de desempenho; contínuo reforço das competências; formação profissional; contínua melhoria das condições de Higiene e Segurança do Trabalho; diálogo permanente com as estruturas representativas dos Trabalhadores; negociação no âmbito do Acordo de Empresa, com resultados para a melhoria das condições dos Trabalhadores.

No plano externo é verificável através da abertura e diálogo permanentes com todas as estruturas representativas do Sector para a definição articulada das políticas a prosseguir, designadamente, no apoio às Organizações de Produtores, com descontos comerciais nos produtos e serviços prestados pela Docapesca, e na transferência dos descontos no combustível comercializado pela Empresa à frota. De salientar ainda a relevante integração da Docapesca na rede de lotas europeias, através da Associação Europeia de Portos e Lotas (EAFPA), e o projecto de nominalização do pescado que envolve as organizações do Sector e as autarquias locais.

Em matéria ambiental a estratégia da Empresa tem como objectivo a promoção da protecção ambiental, através da adopção das práticas ambientalmente mais correctas. Numa perspectiva operacional esta política está organizada em três áreas – Frota/Recursos, Exploração/Industrial e Serviços Administrativos – e alicerçada no referencial ISO 14001, a implementar a partir de 2010.

A política de promoção ambiental para a Frota/Recursos passa por uma observância rigorosa da legislação, referente aos tamanhos mínimos de pescado, e o cumprimento das medidas administrativas, referente aos limites de capturas de pescado, medidas essas fundamentais para a sustentabilidade dos recursos piscícolas. A implementação de um Manual de Boas Práticas, em elaboração com o apoio do Instituto das Pescas da Investigação e do Mar (IPIMAR), permitirá a alteração de metodologias de trabalho em terra e no mar, adequando-as no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente. Por outro lado, a comercialização pelas Lojas Docapesca de produtos eco eficientes, em especial de produtos de poupança energética – motores movidos a GPL, para a pequena frota, e equipamentos de poupança eléctrica a bordo, em embarcações com equipamentos de frio para a frota costeira e do alto – são actividades complementares de significativa mais-valia.

A rede de lotas da Docapesca, na sua vertente Exploração/Industrial, tem sido objecto de uma série de medidas de relevância ambiental, de que se destacam: o armazenamento e reciclagem de resíduos de pescado, através da utilização de contentores frigoríficos em todos os portos concessionados, bem como a contratualização com empresas que procedem à sua recolha e reciclagem por farinação; a reciclagem de óleos usados provenientes dos motores das embarcações e a contratação de empresas de recolha que os introduzem no circuito de reciclagem; o início da substituição dos produtos utilizados para a limpeza das lotas, por produtos ambientalmente mais eficientes; a reciclagem de resíduos de polietileno; e a adopção de práticas de consumo energético nos entrepostos frigoríficos que permitam poupanças, através da selecção de períodos horários e reforço da eficácia energética.

Os *Serviços Administrativos* têm sido objecto de uma política de reciclagem que se pretende expandir, através da reciclagem de: consumíveis informáticos, máquinas de escritório, papel e cartão. A Central de Compras prepara a introdução de critérios ambientais para a selecção de fornecedores. A gestão da frota automóvel tem vindo a ser reestruturada, com a substituição progressiva de viaturas a gasolina, por outras ambientalmente menos poluentes com motores a diesel de última geração.

Sob um ponto de vista prospectivo, a Docapesca manter-se-á na linha de estratégia enunciada nos domínios económico, social e ambiental, contribuindo para tal o avançado grau de execução das políticas descritas que se encontram implementadas ou em fase de implementação. Estas medidas são essenciais ao equilíbrio económico e financeiro da Empresa, reforçando a qualidade e sustentando ambientalmente a actividade da Docapesca, apoiando, deste modo, o Sector nos planos económico e social.

É também importante salientar os principais riscos identificáveis para a actividade e para o futuro da empresa, que se centram na gestão de recursos piscícolas e respectiva sustentabilidade. A política a implementar quanto ao Sector, e em particular quanto à gestão dos recursos, será determinante para o futuro da actividade. Um desequilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos existentes colocará em perigo a actividade da pesca e só uma cuidadosa gestão dos recursos e da frota permitirá manter esta importante proporção. Uma vez que o volume da actividade e a viabilidade da Empresa se encontram indissociavelmente associados, qualquer variação afecta de forma directa os resultados da Empresa.

A Docapesca elaborará um relatório de sustentabilidade para o biénio 2009/2010, que permitirá expor em detalhe as políticas da empresa e as medidas a concretizar.

8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A Docapesca aplica e segue as boas práticas de governação, de acordo com os seguintes princípios:

- Sítio próprio na Internet (www.docapesca.pt) com as informações relevantes da Empresa;
- Estrutura orgânica bem definida;
- Órgão de Fiscalização independente;
- Auditores Externos anuais (de forma a colmatar a inexistência de Administradores não Executivos);
- Existência de um Código de Conduta;

- Deveres de informação e meios de divulgação adequados.

9. APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca aprovou e implementou em 2008 o Código de Conduta, cujo texto está disponível em www.docapesca.pt.

10. SISTEMA DE CONTROLO

O órgão de administração iniciou a implementação de um Sistema de Avaliação e Gestão de Risco. Este sistema tem como principal objectivo a identificação, avaliação e gestão dos riscos face à incerteza, bem como o apoio à criação e preservação do valor da organização. Este sistema é suportado pela metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization (COSO)*.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO DO RISCO

A Docapesca não detém activos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor. A Docapesca negociou financiamento bancário na forma de descoberto bancário, na forma de contas correntes caucionadas e também um empréstimo bancário de 1 milhão de Euros pelo período de um ano, renovável. A Docapesca diversificou a origem dos financiamentos bancários para beneficiar de maior capacidade negocial das condições particulares a cada momento, quer em termos dos indexantes, quer dos *spreads*.

POLÍTICAS DE REFORÇO DOS CAPITAIS PERMANENTES E OPTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA

A Docapesca recorre a financiamento bancário para reforço da Tesouraria, dando cobertura a:

- Crédito que concede aos seus clientes por bens fornecidos e serviços prestados;
- Financiamento dos investimentos específicos que realiza no Sector das Pescas com apoio comunitário, na parte correspondente ao previsível co-financiamento, e pelo período que decorre entre a realização do investimento e o seu recebimento;
- Apoio ao programa de adequação dos recursos humanos às necessidades actuais e futuras, financiando os acordos de rescisão negociados com os Trabalhadores da Docapesca.

A Docapesca apenas utiliza financiamento bancário de curto prazo, maioritariamente em descobertos sobre depósitos à ordem, por se mostrar o mais adequado para a cobertura das necessidades cíclicas e quinzenais da sua Tesouraria, que se anulam nos meses de Verão.

Para além do recurso ao crédito já referido anteriormente, a Docapesca paga a sua parte dos investimentos co-financiados, assim como os investimentos correntes, com recurso ao auto-financiamento gerado pela sua actividade.

A Docapesca promove a consolidação do seu passivo através da transformação de dívidas exigíveis em créditos a médio prazo, com pagamentos semestrais, e beneficiando da ausência de juros ou, havendo intervenção de Instituições Financeiras, de taxas de juro indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* entre 1,75% e 2,5%.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Para o período de 2005 a 2009, a utilização do crédito bancário de curto prazo tem sido regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma actividade tradicional (serviços de apoio à pesca) onde ainda é frequente o recurso a recebimentos e pagamentos em numerário, pelo que tem os seus recursos financeiros espalhados por mais de vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde são cobrados e pagos os cerca de 200 milhões de Euros correspondentes à “produção” das embarcações de pesca. Para optimizar esses recursos utiliza o *cashpooling* bancário.

| | Valores em Euros | | | |
|------|-----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| | Taxa média anual de financiamento | Encargos financeiros suportados | Comissões sobre as linhas de crédito | Financiamento médio |
| 2005 | 3,72% | 85.410 | 14.801 | 2.298.395 |
| 2006 | 4,14% | 130.600 | 6.808 | 3.156.540 |
| 2007 | 4,99% | 269.831 | 7.059 | 5.402.702 |
| 2008 | 5,38% | 254.023 | 7.025 | 4.717.840 |
| 2009 | 3,53% | 145.626 | 11.411 | 4.129.719 |